

Relações maçônicas internacionais: regularidade e reconhecimento.

Por G. ICART (GLN Franca)

O objetivo da minha intervenção não é contornar um assunto infinitamente mais complexo do que algumas pessoas pensam; mas para trazer à reflexão comum no âmbito da conferência das Grandes Lojas, alguns elementos objetivos, extraídos da História, para tentar entender melhor os desafios das relações internacionais.

I. Lembro-me de uma das definições de relações internacionais

Este termo geralmente se refere ao estudo das relações exteriores e às grandes questões do sistema internacional: o papel dos Estados, organizações internacionais, organizações não governamentais e empresas multinacionais. As relações internacionais pertencem aos domínios acadêmico e político. Eles podem ser estudados tanto do ponto de vista positivista quanto do ponto de vista normativo, ambos buscando tanto analisar quanto formular as políticas internacionais dos países.

II Qual é o principal motor das relações maçônicas internacionais?

As relações internacionais são o conjunto das relações entre os principais atores que são os Estados, as organizações internacionais e as forças transnacionais e, no que nos diz respeito hoje, a Maçonaria Regular Universal. Pode-se pensar que as relações internacionais maçônicas, e ainda mais, os assuntos externos de um determinado corpo maçônico, dizem respeito estritamente aos maçons, de modo que o interesse por esses assuntos é limitado a jornais e boletins maçônicos especializados para uso interno.

Não é bem assim, estudos históricos contemporâneos nos mostram que tais casos, até então entendidos como marcas d'água, marcantes para os aficionados, podem na verdade ser pontos de inflexão para uma compreensão mais ampla e sofisticada do franco. -Alvenaria.

Um corpo maçônico, ou uma obediência maçônica, é a administração máxima de um determinado grupo de lojas. Os corpos, ou obediências, são caracterizados por sua soberania sobre as lojas em um determinado território. Eles podem assinar tratados com outras denominações desde que representem as lojas em sua jurisdição. Essas são as nomenclaturas que os maçons usam para se referir a essas entidades.

Esses corpos ou obediências podem assumir a forma de uma Grande Loja ou um Grande Oriente. Há um equívoco comum de que uma Grande Loja é aquela que pratica apenas um rito, enquanto um Grande Oriente é aquele que pratica vários.

Embora difundido, esse cânone desmorona diante da realidade da Maçonaria observada em todo o mundo.

Para entender as relações internacionais da Maçonaria, é necessário conhecer dois conceitos muito caros à maioria das correntes maçônicas, embora muito multifacetados se observados com precisão. Estes são os conceitos fundamentais de regularidade e reconhecimento. Longe de ser indiscutível e válido para todos os maçons, a regularidade e o reconhecimento podem variar não apenas de um país para outro, mas também de uma obediência para outra.

Esses conceitos podem estar baseados em tradições que remontam à história maçônica ou resultar de decisões puramente políticas, comuns em tratados entre entidades independentes.

No entanto, a regularidade é considerada importante para a maioria das organizações maçônicas. A regularidade deve estar ligada à tradição e, como a maioria das tradições importantes da Maçonaria se originou na Inglaterra no século 18, é a Grande Loja Unida da Inglaterra que dá o tom da regularidade.

Embora as Maçonas sejam diferentes em cada país, todas procuraram fundir uma atitude nacional com as chamadas antigas tradições da Maçonaria. Utilizaremos a nomenclatura mais favorável para os dois grandes conceitos da Maçonaria, que denomina obediências maçônicas “regulares” identificando-se ou buscando ser reconhecidas no modelo criado pela Grande Loja de Londres e Westminster em 1717.

Chamaremos de liberais aquelas outras convicções maçônicas que reivindicam suas origens na noção de guildas, com sua posterior transição para o que foi chamado de Maçonaria especulativa, mas que adotam uma compreensão diferente das regras estabelecidas nas Constituições inglesas; em particular o de Anderson, cujo tricentenário celebramos este ano.

A questão da cosmovisão é consubstancial, ou seja, inseparável da Maçonaria. Na verdade, esta é a primeira sociedade globalizada ou globalizada na história do mundo. Onde quer que o Maçom seja iniciado no mundo, prevalece o princípio do reconhecimento.

Segundo a tradição maçônica, maçons e lojas se reconhecem, não obstante as relações diplomáticas internacionais entre as Obediências. Antes de 1929, o acolhimento de um maçom não era objecto de particular preocupação: assim que o podia provar, quer por um sinal da mão, quer por um diploma, o era, e isto, apesar de todas as dificuldades encontradas no século XVIII.

III Breve lembrete histórico

A Maçonaria surge aproximadamente a partir de 1680. Estrutura-se primeiro na Inglaterra entre 1700 e 1717, depois na França a partir de 1728 e, finalmente, no resto do mundo.

Foi durante o primeiro conflito relativo aos Países Baixos austríacos, ou seja, à Bélgica, que os franceses e os ingleses decidiram estabelecer a sua soberania natural criando lojas e federando-as: este foi, portanto, o início de um processo globalizado por princípios. Os textos fundadores da Maçonaria também têm uma lógica universal: as constituições escritas pelo pastor James Anderson oferecem essa lógica internamente.

Os maçons não estabelecem território próprio, porque a Maçonaria é o lugar onde se encontram todos aqueles que continuaram a ignorar-se, seja por motivos políticos e religiosos, seja por motivos de Estado. Além disso, a Maçonaria é o primeiro lugar a acolher todos aqueles que não possuem cidadania do país onde vivem - judeus e muçulmanos no Reino Unido por exemplo, judeus, muçulmanos, negros e mulheres na França.

A Maçonaria é definida como um espaço que acolhe todos aqueles que desejam, independente de sua condição social.

A Maçonaria é uma assembléia de estudiosos organizados em torno de um desejo que era originalmente o de Isaac Newton e seus amigos: permitir que um país que parecia passar do Iluminismo e marcado por séculos de guerras civis e religiosas, saísse delas e voltar ao concerto das nações desenvolvidas.

A Maçonaria é, portanto, estruturalmente e em essência, universal. São os conflitos de obediências que colocam vários problemas diplomáticos: as obediências se reconhecem ou não se reconhecem como tal. Eles estabelecem embaixadas ou eles não os estabeleça. Eles criam relacionamentos ou os quebram. Felizmente, essas disputas não tiveram influência na realidade das Lojas e dos Irmãos até 1929.

Existem duas estruturas maçônicas centrais, que sempre gozaram de soberania mundial:

1. A chamada Maçonaria Inglesa regular, por um lado, que se considera a Loja Mãe do mundo e que, portanto, manifesta competência universal;
2. Maçonaria não reconhecida, por outro lado, porque contesta as pretensões dos ingleses, mas que também desenvolve uma competência universal.

Todas as Grandes Lojas Regulares (ou Obediências) do mundo se reconhecem por meio de acordos de reconhecimento. Esses acordos sancionam o respeito por essas Grandes Lojas dos princípios de regularidade promulgados. Os princípios de reconhecimento das Grandes Lojas foram estabelecidos em 1929 pela Grande Loja Unida da Inglaterra e retomados em 1949.

O conceito de "Maçom Regular" surge da necessidade de proteger a Irmandade como instituição fraterna com atividade caritativa própria e de restringir o acesso às reuniões realizadas para tratar dos negócios da Ordem. O processo liderado pela Grande Loja para ação legislativa interna e Regulamentos Gerais, compilado em 1720 pelo Vice-Grão-Mestre George Payne, pode ser encontrado nas Constituições dos Maçons publicadas sob a responsabilidade de James Anderson em 1723.

Estas Constituições definem precisamente a relação entre a Loja e a Grande Loja e entre a Grande Loja e o Grão-Mestre. Assim, podemos dizer que todas as obediências regulares se reconhecem, mas não podem reconhecer obediências “irregulares”, isto é, aquelas que não respeitam todos os princípios da Regularidade.

Se todas as obediências regulares se reconhecem, elas não podem e não devem ter nenhum desejo de interferir com um poder maçônico regularmente reconhecido. A Declaração de 4 de setembro de 1929, emitida pela Grande Loja Unida da Inglaterra, Grande Loja Mãe do mundo, estabelece os “Princípios Fundamentais para o Reconhecimento das Grandes Lojas. »

Este documento não tem natureza administrativa. Está enraizado na tradição imemorial, espiritual e iniciática da Ordem Maçônica.

Este texto recorda os fundamentos da Regularidade de uma Grande Loja. O reconhecimento da referida Grande Loja é o ato legal, pelo qual uma Grande Loja ingressa na família universal dos poderes maçônicos regulares. Regularidade e reconhecimento não podem ser separados.

A regularidade é o fundamento obrigatório do Reconhecimento, e o Reconhecimento é a atestação pública da aceitação, sem reservas, dos tradicionais Marcos da Ordem e sua prática rigorosa, no seio do corpo maçônico que busca o seu reconhecimento.

Qualquer corpo maçônico que peça seu reconhecimento, sem se comprometer a respeitar escrupulosamente os imemoriais marcos da Ordem, está condenado a definhar na via substituta. O fato de ele ter o título de "maçonaria" não muda nada em substância e a família universal da Maçonaria tradicional não pode recebê-lo em seu meio.

Aqui, então, está uma das primeiras lições da Declaração de 1929, para nós maçons da GLNF, que vivemos em meio a organizações maçônicas não regulares que abundam na França, um fenômeno que é, no entanto, ultraminoria no mundo, e que não se privam de manobras para buscar reconhecimento.

Destes princípios deriva a regularidade ou fidelidade à Regra do Ofício, das Grandes Lojas que aplicam estritamente estes princípios, e dos Maçons que compõem estas Grandes Lojas.

Somente a observância total e completa dos Marcos Antigos abre caminho para o ato legal de reconhecimento, um ato pelo qual as Grandes Lojas estão em correspondência e em uma relação de amizade. Por este ato, todo Maçom regular está em casa em todos os lugares, onde há Lojas regulares, porque a Maçonaria é universal. A irregularidade fecha a porta ao reconhecimento.

IV Legitimidade da Declaração de 1929

Esta Declaração vem em um momento oportuno, em um contexto de nascimento de novas potências maçônicas no mundo e particularmente nos países que se tornarão independentes após a Segunda Guerra Mundial.

Todos estes episódios históricos brevemente evocados estão na origem de discussões, compromissos, negociações, e aí abordamos o cerne do papel do Secretário responsável pelas relações externas.

A negociação está no centro da função do Grande Secretário encarregado das Relações Exteriores e em nenhum lugar melhor do que por ocasião de reuniões internacionais institucionalizadas, ela se expressa em toda a sua plenitude sob as instruções e recomendações do Grão-Mestre.

V O conceito de reconhecimento nas relações com outros países.

O termo "reconhecimento" (reconhecimento), ao longo do século 18 e grande parte do século 19, quase não se referia a nada além do status dos Irmãos em particular: eles eram reconhecidos por sua loja ou pertenciam a uma loja - mesmo reconhecido pela Grande Loja?

Tratava-se essencialmente, e até exclusivamente, de um assunto interno a um determinado país. Quando a Grande Loja Unida da Inglaterra estabelecia relações com outras Grandes Lojas estabelecidas com outros países, nunca falava de "reconhecimento", mas às vezes trocava fiadores de amizade: a isso se limitavam as relações maçônicas internacionais. até o coração do século XIX.

Ao longo do século XVIII, um maçom que viajava pela Europa exibia seu diploma ou seu "Certificado de Grande Loja" e era recebido de maneira muito geral sem nunca mencionar a questão da "regularidade": ele "era membro de uma Grande Loja" poderia ser o titular de regularidade que se limitava ao simples facto de justificar estar em dia com a sua assinatura, era o reconhecimento da qualidade de pedreiro e bastava.

VI Rumo ao fim do universalismo maçônico.

Dada a evolução económica e social tanto na Europa como noutros continentes entre 1913 e finais do século XX, o termo “Maçonaria” pode ser entendido de três ângulos diferentes:

2- Na Inglaterra, o sistema maçônico preservou sua unidade graças à grande habilidade do Duque de Sussex. Ele se adaptou às mudanças na sociedade: crescimento da classe trabalhadora nas minas, fábricas e siderúrgicas; expansão da classe média comercial e introdução (com as reformas de 1832) de um novo sistema político.

2 – O sistema americano, quase destruído entre 1826 e 1842 pelo “Morgan Affair”, a mais notória conspiração maçônica da história americana, reconstruiu-se como uma organização fraternal dedicada às virtudes tradicionais do movimento

evangélico. Sua incapacidade, imediatamente após a independência do país, de criar uma Grande Loja para os Estados Unidos e a subsequente relutância das Grandes Lojas autônomas de cada estado em dar esse passo levou à definição de "direitos territoriais". Isso significava que, em cada estado, apenas uma Grande Loja poderia existir e manter a autoridade; todos os outros são, portanto, automaticamente considerados clandestinos.

3 - Os maçons europeus, sob a liderança dos franceses, inventaram e se esforçaram para introduzir, entre 1850 e 1914, uma nova teoria proclamando a responsabilidade social de sua fraternidade. Assim, o dever individual e coletivo dos irmãos os levou a promover a instauração de um mundo regido pela liberdade de consciência e com o objetivo da igualdade social, abrindo as portas da igualdade para todos.

Com essas discrepâncias, a singularidade superficial da Maçonaria e o conceito de "maçom regular" seriam significativamente alterados entre 1877 e 1939.

VII Os Princípios Básicos de 4 de setembro de 1929.

A Grande Loja Unida da Inglaterra definiu, de uma vez por todas, os critérios de regularidade maçônica, em 4 de setembro de 1929, com o desejo de que fossem aplicados universalmente. Estes oito princípios fundamentais, ou "marcos", reimpressos a cada ano no Anuário desta Grande Loja, são os seguintes:

“1. A regularidade de origem de cada Grande Loja, ou seja, cada uma deve ter sido legalmente fundada por uma Grande Loja devidamente reconhecida ou por três ou mais lojas, devidamente constituídas”.

“2. A crença no Grande Arquiteto do Universo e na sua Vontade revelada será condição essencial para a admissão dos membros”.

“3. Todos os iniciados prestarão juramento sobre o Livro da Lei Sagrada ou perante aquele livro aberto, pelo qual se expressa a revelação do Alto, à qual o recém-iniciado está, em sua consciência, irrevogavelmente relacionado”.

"4. A Grande Loja e todas as lojas devem ser compostas exclusivamente por homens e nenhuma loja deve ter qualquer relação maçônica com lojas mistas ou com denominações que admitam mulheres como membros".

"5. A Grande Loja terá poderes soberanos de jurisdição sobre as lojas sob sua autoridade, ou seja, será uma organização responsável que governará a si mesma independentemente e que sozinha possui o poder de governar a Ordem e os graus simbólicos de seus obediência (aprendiz, companheiro e mestre).

“6. As três Grandes Luzes da Maçonaria: o Livro da Lei Sagrada, o Esquadro e o Compasso, serão sempre exibidos durante os trabalhos da Grande Loja ou das lojas colocadas sob sua autoridade; o mais importante dos três é o Livro da Lei Sagrada”.

“7. Qualquer discussão religiosa ou política será absolutamente proibida nas lojas”.

“8. Os princípios dos antigos marcos, usos e costumes da Ordem serão rigorosamente respeitados”.

Segue-se que um maçom regular não pode conviver sob qualquer pretexto com um maçom pertencente a uma obediência não oficialmente reconhecida por sua própria Grande Loja.

VIII Continuidade e relevância da Declaração de 1929

A Declaração de 1929 é coisa do passado ou ainda é relevante hoje?

Responderemos da seguinte forma: embora esta Declaração tenha nascido, segundo determinadas circunstâncias, não sofre o desgaste da história.

Para que? Porque lembra a todas as Grandes Lojas espalhadas por toda a superfície da terra, princípios intangíveis, sem os quais não há Maçonaria regular. A Declaração de 4 de setembro de 1929 continua sendo um texto importante que permite a qualquer Grande Loja e a qualquer Maçom discernir a regularidade da irregularidade.

IX O Princípio da Territorialidade.

Este “princípio de jurisdição territorial exclusiva” estipula que só pode haver uma Grande Loja regular por país. No entanto, deve-se notar que ele não aparece nos Princípios Básicos. É, aliás, uma prática herdada do uso americano que se impôs, durante o século XIX, por razões de paz civil dentro de uma jovem nação, que haja apenas uma única Grande Loja para cada um dos Estados da União.

No entanto, deve-se notar que pouco a pouco, tacitamente em todo caso, a Inglaterra aplicou esse princípio. A situação moralmente insuportável criada pela dualidade das Grandes Lojas "caucasianas" - ou seja, "brancas" - e as Grandes Lojas de Prince Hall - ou seja, "negras" - nos Estados Unidos, no entanto, obrigou a Inglaterra a não mais se refugiar atrás este princípio e finalmente reconhecer, no decorrer da década de 1990, duas Grandes Lojas por estado nos EUA.

X Comissão de Informação para o Reconhecimento das Grandes Lojas Americanas

A Comissão de Informações de Reconhecimento foi organizada em 1951 para coletar, compilar e, de tempos em tempos, revisar informações sobre as Grandes Lojas em outros países, como um serviço às Grandes Lojas da Conferência dos Grão-Mestres Maçons na América do Norte.

A Comissão não aconselha ou recomenda a concessão de reconhecimento a qualquer Grande Loja, mas apenas indica se considera ou não que a Grande Loja em questão atende aos requisitos de regularidade.

Padrões de reconhecimento foram adotados pela Comissão para orientação em 1952.

Estas são as diretrizes usadas para avaliar a regularidade de uma Grande Loja e, assim, determinar se ela merece ser reconhecida pelas Grandes Lojas americanas. A Comissão fornece-lhes esses dados e não tenta influenciar ou recomendar qualquer ação a ser tomada.

A Comissão tem apenas uma função investigativa e consultiva.

Os padrões de reconhecimento são resumidos da seguinte forma:

1. Legitimidade de origem.
2. Competência territorial exclusiva, salvo acordo mútuo e/ou tratado.
3. Aderência a antigas Obrigações ou Marcos - especificamente, a crença em Deus, o volume da Lei Sagrada como parte indispensável do mobiliário da loja e a proibição de discussão sobre política e religião.

É responsabilidade da Comissão determinar se as Grandes Lojas atendem aos padrões de reconhecimento estabelecidos por esta conferência quando solicitado a fazê-lo.

Após cada reunião anual da Conferência dos Grão-Mestres, o relatório, submetido e adotado pela Conferência.

Este relatório é baseado nas informações mais recentes disponíveis e, em alguns casos, em uma apresentação feita por representantes das grandes lojas mencionadas no relatório.

XI Para novas perspectivas.

"As mulheres maçons se encontram na Inglaterra e no País de Gales há mais de 100 anos...

Na Inglaterra e no País de Gales, existem duas Grandes Lojas exclusivas para mulheres: a Order of Women Freemasons ("OWF") e a Honorable Fellowship of Women Freemasons ("HFAF").

Ambos seguem exatamente as mesmas cerimônias e usam os mesmos trajes dos membros da Grande Loja Unida da Inglaterra, embora as três organizações prefiram praticar sua Maçonaria em um ambiente unissex e não se reconheçam formalmente no sentido maçônico de "reconhecer".

A Grande Loja Unida da Inglaterra desfruta de uma excelente relação de trabalho e coopera com essas duas Grandes Lojas femininas em muitos níveis, desfrutando de respeito mútuo e estreitas relações em assuntos de interesse comum e muitas vezes cooperando estreitamente em questões comuns de relações públicas.

Nos últimos anos, os membros dessas duas Grandes Lojas Femininas Inglesas participaram do "Open House London" no Freemasons' Hall para mostrar a Maçonaria feminina. [...]»

Para encerrar nossa apresentação

A nosso ver, é tão importante para a Grande Loja à qual se dirige um pedido de reconhecimento, buscar razões para não conceder esse reconhecimento, quanto para a Grande Loja que o solicita, fornecer elementos para que esse reconhecimento seja concedido. A “regularidade”, que é subjetiva e passível de diversas interpretações, não deve ser confundida com “reconhecimento”, que corresponde a um estado de coisas.

Nenhuma Grande Loja [A] pode ser compelida a reconhecer outra Grande Loja [B], mesmo que ela [A] esteja preparada para admitir que a Grande Loja [B] é regular de acordo com seus próprios critérios.

Nenhuma Grande Loja pode exigir reconhecimento; só pode pedir para ser e apresentar o que considera constituir os elementos de um bom dossier.

Pelo contrário, se assim o desejar, uma Grande Loja pode romper as suas relações, ou seja, deixar de reconhecer outra Grande Loja se considerar que tem uma boa razão para isso.

O campo da jurisprudência maçônica é muito delicado, pois se gostamos de acreditar que as características essenciais da Maçonaria são "marcos" que, por definição, não podem cair no domínio legislativo, ninguém sabe exatamente quais são os marcos, e cada Grande Loja é direito de fazer e promulgar suas próprias leis. É preciso tato para saber quanta mudança pode ser introduzida sem abalar os alicerces. Dadas as excelentes relações mantidas por todas as Grandes Lojas Regulares e Reconhecidas, estamos convencidos de que este sistema, que vem acontecendo há muitos anos, às vezes terá altos e baixos, mas permanecerá em vigor. Desde suas origens até os dias atuais, a Maçonaria nunca deixou de evoluir, e nunca houve um momento em que pudesse ser declarado: "Isso representa a Maçonaria no 'estado mais puro'". Mas este ano estamos comemorando o tricentenário das Constituições de Anderson, cuja durabilidade e atualidade devem reforçar todas as nossas convicções e as nossas certezas.